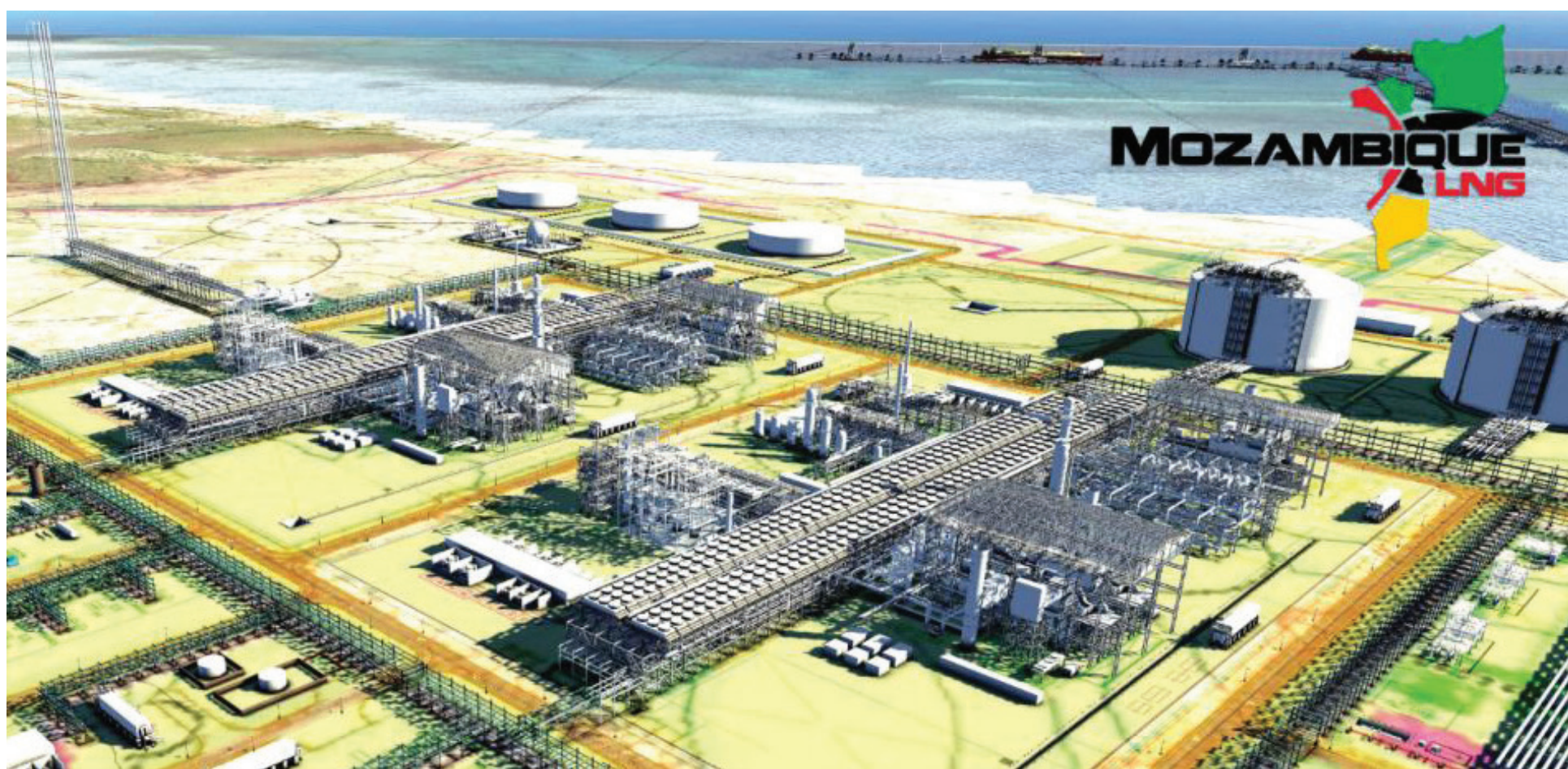


“Iraquização” da segurança dos projectos de gás em Moçambique



Créditos: Total

Duas semanas depois da francesa Total E&P Mozambique Area 1 anunciar que assinou um novo memorando de entendimento com o Governo de Moçambique relativo à segurança das operações petrolíferas do projecto Mozambique LNG, continuam escassas as informações sobre os detalhes do que foi acordado pelas partes.

A única informação pública refere que o Governo vai destacar contingentes das Forças de Defesa e Segurança (FDS), designado “Força-Tarefa Conjunta”, para garantir a segurança das actividades do projecto Mozambique LNG em Afungi e na área mais vasta de operações. Como contrapartida, o projecto Mozambique LNG irá providenciar apoio logístico à Força-Tarefa Conjunta.

O comunicado divulgado há duas semanas pela Total não especifica o tipo de

apoio logístico, mas sabe-se que deverá incluir equipamentos e dinheiro que deverá ser usado pelo Governo para pagar subsídios aos efectivos das FDS destacados para proteger as operações petrolíferas em Afungi, no distrito de Palma.

Entretanto, o jornal Carta de Moçambique¹ avançou na edição de ontem, terça-feira, que a Total irá financiar, igualmente, a alimentação dos efectivos que operam nas bases militares da península de Afungi. Numa segunda fase, o fornecimento de comida irá abranger as bases das FDS instaladas nos distritos da Mocímboa da Praia, Mueda e Macomia.

Apesar de reconhecer a necessidade de protecção das operações petrolíferas contra os ataques terroristas, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) entende que o modelo adoptado para a provisão de segurança é problemático, pois

significa, no fundo, a privatização da soberania de Moçambique.

O Governo tem o dever de assegurar, com os seus recursos humanos, logísticos e financeiros, a estabilidade militar em todo o território nacional. Ao permitir o destacamento de contingentes para a protecção de interesses privados em troca de pagamentos monetários, incluindo a alimentação dos efectivos, o Governo está a privatizar os serviços das FDS e, conseqüentemente, a violar a Política de Defesa e Segurança, aprovada pela Lei 17/97, de 1 de Outubro.

No seu artigo 7, a Política de Defesa e Segurança define a Defesa Nacional como “actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos que visa assegurar a independência e a unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país, e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos

¹ <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/6031-total-vai-alimentar-forcas-de-defesa-e-seguranca-fds-ate-o-fim-da-insurgencia>

contra qualquer ameaça ou agressão armada". E um dos objectivos fundamentais da Política de Defesa e Segurança é defender o património e os interesses vitais e estratégicos nacionais – alínea d) do artigo 3.

Ora, não há dúvidas de que os projectos de LNG da bacia do Rovuma são interesses vitais e estratégicos que merecem a protecção por parte das FDS, sobretudo num contexto em que Cabo Delgado regista ataques terroristas. Mas a protecção não deve ser feita dentro de uma lógica comercial, em que o projecto Mozambique LNG remunera os serviços de segurança prestados pelas FDS, como se de uma empresa privada se tratasse.

Este modelo não irá resolver o problema de insurgência em Cabo Delgado, pois privilegia os interesses das empresas com poder financeiro para pagar pelos serviços de segurança e marginaliza as comunidades locais. Aliás, o Ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela, descreveu o memorando de entendimento como um instrumento que "reforça as medidas

de segurança e esforços para criar um ambiente operacional seguro para parceiros como a Total, que permita o seu investimento contínuo na indústria moçambicana, para pequenas e médias empresas e para as comunidades."

Mais ainda, o modelo adoptado tem ainda o risco de criar problemas dentro das próprias FDS: os efectivos que prestam serviços de protecção às operações petrolíferas terão, além de salários normais pagos pelo Estado, subsídios transferidos pelo projecto Mozambique LNG e direito à alimentação de qualidade. O que significa que esses efectivos destacados para Afungi terão melhores condições salariais e de trabalho em relação aos que estarão a combater o terrorismo em outros locais da mesma província de Cabo Delgado.

Isto pode desmoralizar os efectivos destacados para proteger a população civil e outros interesses nacionais sem direito aos subsídios. O Governo devia encontrar outra forma de assegurar a protecção de projectos de LNG, como por exemplo usar parte

das receitas cobradas no âmbito da exploração de gás natural para melhorar a segurança em toda a província de Cabo Delgado.

Outro dado importante: duas semanas depois da assinatura do memorando de entendimento entre o Governo e a Total, uma subsidiária da petrolífera francesa, a Total Trading & Shipping (Totsa), foi anunciada como vencedora do concurso internacional para a importação de combustíveis para o país². Assim, a partir de Novembro até Abril, a Totsa será a importadora de combustíveis em Moçambique, segundo anúncio feito pela Importadora Moçambicana de Petróleos (IMOPETRO).

Apesar de a Totsa ter sido seleccionada por ter apresentado o preço mais baixo (39,33 dólares por tonelada métrica), o facto de a adjudicação ter sido anunciada duas semanas depois do memorando de entendimento relativo à segurança das operações petrolíferas começa a suscitar preocupação sobre a transparência das relações entre a Total e o Governo de Moçambique.

² <https://www.diarioeconomico.co.mz/negocios/total-e-o-novo-importador-de-combustiveis-para-mocambique/>



INTERNATIONAL WEBINAR SERIES

Angola Sovereign Wealth Fund: An Experience to Avoid



Speaker

Rafael Marques de Morais
(Angolan Journalist - MAKANGOLA)



Moderator

Prof. Adriano Nuvunga
(Executive Director of CDD and Chair of FMO)



Prof. João Mosca
(Fórum de Monitoria do Orçamento - FMO)



Eng. Jordão Matimula Jr
(Plataforma da Indústria Extractiva - PIE)



Dr. Anibal Mbalango
(Autoridade Tributária de Moçambique)



Dra. Marcelina Joel
(Ministério dos Recursos Minerais e Energia - MIREME)

WEBINAR



Thursday
(10th September 2020)



10:00 – 12:00 (Maputo Time)
(simultaneous translation:
English – Portuguese – English)



LIVE CDD_Moz
CDD_Juventude
CDD_YouthOnlineTV
INFO: (+258) 843423740
(WhatsApp)

Access link: <https://us02web.zoom.us/j/84547964218?pwd=N1FnYk9DYjh4S3JlOXRES2wzSDFXUT09>
ZOOM ID: 845 4796 4218 Password: 077770



SÉRIE INTERNACIONAL DE WEBINARS

FUNDO SOBERANO DE ANGOLA: Uma Experiência a Evitar



Orador

Rafael Marques de Morais
(Jornalista - MAKANGOLA)



Moderador

Prof. Adriano Nuvunga
(Director Executivo do CDD e Chair do FMO)



Prof. João Mosca
(Fórum de Monitoria do Orçamento - FMO)



Eng. Jordão Matimula Jr
(Plataforma da Indústria Extractiva - PIE)



Dr. Anibal Mbalango
(Autoridade Tributária de Moçambique)



Dra. Marcelina Joel
(Ministério dos Recursos Minerais e Energia - MIREME)

WEBINAR



Quinta-Feira
(10 de Setembro de 2020)



10:00 – 12:00 (Hora de Maputo)
(tradução simultânea:
Inglês – Português – Inglês)



DIRECTO CDD_Moz
CDD_Juventude
CDD_YouthOnlineTV
INFO: (+258) 843423740
(WhatsApp)


Link de Acesso: <https://us02web.zoom.us/j/84547964218?pwd=N1FnYk9DYjh4S3JlOXRES2wzSDFXUT09>
ZOOM ID: 845 4796 4218 Palavra-chave: 077770



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhandumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

